

**7. IMOBILIZADO**

	CONTROLADORA				
	2018		2017		Valor Residual
	Taxas Anuais de Depreciação %	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	
Construção civil	4	27.115	( 9.521 )	17.594	14.975
Terrenos e propriedades	-	18.529	-	18.529	17.432
Máq. equip. e instalações	10 a 20	33.488	( 29.922 )	3.566	3.092
Meios de transporte	20	33.395	( 27.733 )	5.662	5.313
Móveis e utensílios	10	770	( 557 )	213	226
Equipamentos de informática	20	1.531	( 1.110 )	421	327
Imobilizações em andamento	-	7.737	-	7.737	3.746
Coqueiral em produção	1,67	79.446	( 9.588 )	69.858	71.182
Coqueiral em formação	-	3.893	-	3.893	1.492
Outras imobilizações	10 a 20	2.913	( 2.637 )	276	257
		<b>208.817</b>	<b>(81.068)</b>	<b>127.749</b>	<b>118.042</b>

As aquisições de imobilizado, constante na Demonstração dos Fluxos de Caixa, no montante de R\$ 16.410 mil (2017 - R\$ 20.072 mil), referem-se, principalmente, a: construção civil de R\$ 522 mil (2017 - R\$ 126); terrenos e propriedades R\$ 1.098 mil (2017 - R\$ 520 mil); máquinas e equipamentos de R\$ 1.038 mil (2017 - R\$ 1.227 mil); meios de transporte de R\$ 3.457 mil (2017 - R\$ 2.535 mil); imobilizações em andamento de R\$ 7.495 mil (2017 R\$ 2.274 mil) e coqueiral em formação de R\$ 2.400 mil (2017 - R\$ 12.905 mil).

	CONSOLIDADO				
	2018		2017		Valor Residual
	Taxas Anuais de Depreciação %	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	
Construção civil	4	53.108	( 21.941 )	31.167	29.521
Terrenos e propriedades	-	18.807	-	18.807	17.709
Máq. equip. e instalações	10 a 20	99.672	( 76.273 )	23.399	22.183
Meios de transporte	10 a 20	36.301	( 30.196 )	6.105	5.995
Móveis e utensílios	10	1.446	( 1.152 )	294	303
Equipamentos de informática	20	2.199	( 1.644 )	555	461
Imobilizações em andamento	-	8.027	-	8.027	5.412
Coqueiral em produção	1,67	79.446	( 9.588 )	69.858	71.182
Coqueiral em formação	-	3.892	-	3.892	1.492
Outras imobilizações	10 a 20	2.943	( 2.643 )	300	281
		<b>305.841</b>	<b>(143.437)</b>	<b>162.404</b>	<b>154.539</b>

As aquisições de imobilizado, constante na Demonstração dos Fluxos de Caixa, no montante de R\$ 19.819 mil (2017 - R\$ 26.654 mil), referem-se, principalmente, a: construção civil de R\$ 522 mil (2017 - R\$ 126); Terrenos e propriedades de R\$ 1.098 mil (2017 R\$ 520 mil); máquinas e equipamentos de R\$ 3.820 mil (2017 - R\$ 4.903 mil); meios de transporte de R\$ 3.503 mil (2017 - R\$ 2.880 mil); imobilização em andamento de R\$ 7.751 mil (2017 R\$ 4.726 mil) e coqueiral em formação de R\$ 2.400 mil (2017 - R\$ 12.905 mil).

**8. FORNECEDORES**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	CIRCULANTE		CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Fornecedores	10.237	6.057	18.712	13.610	1.298	3.798
	<b>10.237</b>	<b>6.057</b>	<b>18.712</b>	<b>13.610</b>	<b>1.298</b>	<b>3.798</b>

Os saldos de fornecedores, no passivo não circulante, referem-se, às compras de máquinas e equipamentos junto a Tetra Pak, cujo contrato define que os pagamentos ocorrerão em até 72 (setenta e duas) parcelas mensais, com vencimentos até fevereiro de 2022, e sobre os mesmos incidem atualização monetária, tendo por base o IGP/M e/ou o IPCA.

**9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	CIRCULANTE		CIRCULANTE	
	2018	2017	2018	2017
Operações FINAME	-	479	-	479
Operação CPRF	-	9.714	-	9.714
Operação PESA - BB	-	8.450	-	8.450
Operação NCR	6.183	-	6.183	-
	<b>6.183</b>	<b>18.643</b>	<b>6.183</b>	<b>18.643</b>

As operações Finame, CPRF - Cédula de Produto Rural Financeira e PESA foram encerradas no decorrer de 2018.

A Operação NCR, refere-se a Nota de Crédito Rural destinada a financiar o custeio agrícola. Essas operações são captadas em reais e vinculadas ao processo produtivo. Essa modalidade não é garantida por aval e são utilizadas taxas de mercado na sua atualização. O vencimento dessa operação se dará no transcorrer do exercício de 2019.

**10. CAPITAL SOCIAL**

O capital autorizado é de R\$ 200.000 mil, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 169.154 mil, composto por 17.634.191 ações, sem valor nominal, sendo: 17.234.801 ordinárias; 370.122 preferenciais classe "A" e 29.268 preferenciais classe "B".

As ações preferenciais classe "A" destinam-se a integralização com recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, e as que vierem a ser bonificadas a essas mesmas ações.

As ações preferenciais classe "B" destinam-se a subscrição e integralização por pessoas jurídicas controladoras, controladas e/ou coligadas, exclusivamente com recursos próprios, e as que vierem a serem bonificadas a essas mesmas ações.

As ações preferenciais terão as seguintes vantagens:

a) Prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da sociedade.  
b) Prioridade no recebimento de um dividendo igual ao que for atribuído às ações ordinárias, pela participação dessas ações no capital social integralizado.

c) Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas da correção monetária do capital realizado e da capitalização de reservas e lucros, qualquer que seja a origem e natureza dos mesmos.

d) Participação integral nos resultados da sociedade.

**11. CONTINGÊNCIAS**

A Companhia e suas controladas possuem demandas cíveis, trabalhistas e tributárias nos âmbitos judicial e administrativo, algumas amparadas por depósitos judiciais. Entretanto, em 31 de dezembro de 2018 não existia qualquer ação de valor relevante que seus assessores jurídicos tenham indicado como de possível julgamento desfavorável.

**12. COBERTURA DE SEGUROS**

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantém cobertura de seguros para os principais bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Administradores da  
**Sococo S.A. Agroindústrias da Amazônia**  
Ananindeua - PA

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **SOCOCO S.A. Agroindústrias da Amazônia, em 31 de dezembro de 2018** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **SOCOCO S.A. Agroindústrias da Amazônia, em 31 de dezembro de 2018**, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada de "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos**

Parte significativa das transações comerciais e financeiras é realizada com a controladora e controladas. Dessa forma, as demonstrações contábeis, referidas no primeiro parágrafo, são indicadoras da posição patrimonial e financeira, bem como do resultado das operações da Companhia operando sob este contexto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório de Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando

ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;

- Avaliação a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ananindeua - PA, 01 de fevereiro de 2019.

**PHF - AUDITORES INDEPENDENTES S/S**  
CRC - PE - 000680/O-0 - "S" - PA

**Paulo de Tarso M. Malta Junior**  
Contador - CRC - PE -  
0018346/O-6 - "S" - PA

**COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

EFETIVOS	SUPLENTES
JOSÉ GIVAGO RAPOSO TENÓRIO	FLÁVIA PERMAN TENÓRIO
JOÃO FERRO NOVAES NETO	GILVANA RAPOSO TENÓRIO
LEONARDO PERMAN TENÓRIO	TEREZA DE FÁTIMA RAPOSO TENÓRIO
EMERSON DE MELO TENÓRIO	LINDOSO
RICARDO JORGE TENÓRIO BARBOSA	
JOSÉ IVON TENÓRIO UCHÔA	
MARTA RUBIA DE OLIVEIRA GUEDES NOGUEIRA	
PAULO ROBERTO MAYA GOMES	

**COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA**

EMERSON DE MELO TENÓRIO  
Diretor Superintendente - Executivo  
CPF/MF 003.320.894-87

ANTÔNIO EMIL DOS SANTOS  
LOURENÇO CASTANHEIRA MACEDO  
Diretor Superintendente  
CPF/MF 431.218.967-68

FLÁVIA PERMAN TENÓRIO  
Diretora Superintendente  
CPF/MF 019.920.774-79

HÉLIO NUNES NEGRÃO  
CRC PA - 010174/O-2  
CPF/MF 334.053.792-53

Protocolo: 409442